

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

#### Divisão de Censura de Diversões Públicas

PORTARIA Nº 001/84-SO/DCDP

Brasília, 15 de março de 1984

A DIRETORA DA DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e considerando que as casas de diversões e outros estabelecimentos comerciais ou entidades recreativas são obrigadas por lei a apresentarem suas programações nos Serviços de Censura desta DCDP, descentralizados nos Estados;

Considerando que os estabelecimentos aos quais se refere esta Portaria vêm transgredindo as normas que determinam a aprovação da programação;

Considerando, finalmente, o que consta dos processos nºs 001175/84 e 001744/84-DCDP, oriundos do SCDP/SR/DPF/PE

#### RESOLVE:

I- Suspender, com base nos artigos 8º, item I, 27 e 34, parágrafo único, todos do Decreto nº 61.123, de 14 de novembro de 1.966, publicado no Diário Oficial da União, de 03 de agosto de 1967, Seção I, Parte I, Página 8.170, a execução musical bem como qualquer outra atividade de diversão pública nos estabelecimentos abaixo nominados:

a) "O Novo Postinho", de propriedade do Sr. Eduardo Aguiar Sobrinho, localizado na Av. Antônio de Góis, nº 25, loja nº 02, Pina, Pernambuco;

b) "A Taberna Ltda", de propriedade do Sr. Raimundo José Cardoso de Moraes, localizada na rua Nogueira Souza, nº 32, Pina, Pernambuco.

II- Determinar que a suspensão constante do item anterior será pelo prazo de 08 (oito) dias, contados da ciência dada ao infrator pelo SCDP/SR/DPF/PE.

III- Estabelecer que esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE MARIA TEIXEIRA HERNANDES

(Of. nº 389/84)

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, REALIZADA EM 30 (TRINTA) DE JANEIRO DE 1984 (MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro), reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta, sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presentes os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, BENJAMIN MORAES FILHO, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, MAURO ONIVALDO TICIANELLI e NABOR CESAR SIQUEIRA. Em assuntos gerais o Senhor Presidente justificou a ausência dos Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, EVERARDO DA CUNHA LUNA e RENÉ ARIEL DOTTI, estando os dois últimos, representados por seus suplentes, cujos nomes foram declinados no elenco de presenças. Prosseguindo o Senhor Presidente informou ao Plenário, sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 17 (dezessete) de novembro passado, a 26 (vinte e seis) de janeiro último. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu ao Colendo Conselho as atas das reuniões anteriores que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO que emitiu parecer sobre (2) dois anteprojetos propostos pelo DEPEN. O primeiro sugerindo a criação do Departamento Penitenciário Estadual, como órgão similar do DEPEN, com vistas à sua adoção pelas Unidades Federadas, foi apreciado amplamente pelo relator, que concluiu por sua aprovação na forma proposta. Em discussão, foi o parecer aprovado por unanimidade, com determinação do Senhor Presidente para que se elaborasse resolução nesse sentido. E o segundo anteprojeto apreciado pelo Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, tratava-se da instituição do Departamento Nacional do Menor Infrator - D.N.M.I., cujo parecer ensejou a sua aprovação. Posta a matéria em discussão os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, cumprimentaram o Senhor Conselheiro JASON ALBERGARIA pelo magnífico trabalho que vêm desenvolvendo no DEPEN, ponderando, entre tanto, quanto ao custeio da instalação e futuro funcionamento da referida instituição. A essa colocação o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON ALBERGARIA, autor da proposta, que à oportunidade, deu ênfase ao enfoque social do tema, sugerindo que as questões econômicas devem ficar aquém das carências sociais e por isto mesmo não seria oportuno deixar de se encontrar as formas exequíveis para se atingir os objetivos da proposta. Destarte o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, sugeriu que o Departamento ora proposto, fosse desenvolvido sob a supervisão do DEPEN, até que possuía condições autônomas. O Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, ponderou que, se matéria desse vulto vinha de ser proposta por órgão de tal seriedade, naturalmente que

seu autor dispunha de condições para tal fim. Solicitou a palavra o Senhor Conselheiro MAURO ONIVALDO TICIANELLI, encarecendo ao Senhor Presidente que encaminhasse à votação, e, de antemão, votou favoravelmente a sugestão do Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ. Com a palavra o Senhor Conselheiro JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, pediu vista da matéria, no que, foi atendido pelo Senhor Presidente, com solicitação de que o tema voltasse à pauta. Assim, o Senhor Presidente inverteu a ordem dos trabalhos e passou a palavra ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA para relatar sobre o andamento do anteprojeto da Escola Penitenciária Nacional, tendo em vista o interesse do Exmº Senhor Ministro em instalá-la. Com a palavra o relator informou que a Secretaria Geral do Ministério, após

os estudos realizados do anteprojeto e os contatos mantidos com a SEPLAN, concluiu pela elaboração de uma minuta de decreto instituindo a Escola, oportunidade em que o relator procedeu a sua leitura. Colocada a matéria em discussão, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ que desde a implantação do CNPP, vêm trabalhando com este tema. Informou o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, que por sugestão do Senhor Diretor-Geral do DEPEN, manteve entrevista com a Exmª Senhor Ministro da Justiça, Dr. IBRAHIM ABI-ACKEL oportunidade em que recebeu instrução no sentido de investigar a possibilidade da instalação provisória da Escola no Anexo I do Ministério da Justiça. Em diligência, informou ainda que se se consumar a liberação de três salas naquele Anexo, será possível iniciar-se o funcionamento da Escola. Pequenas dúvidas quanto ao texto da minuta de decreto, foram levantadas pelos Senhores Conselheiros JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e MAURO ONIVALDO TICIANELLI, as quais foram esclarecidas pelo relator da referida minuta. Em caminhada a votação, foi a matéria aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente determinou a elaboração de Resolução nesse sentido. Com relação ao Regimento da Escola, ficará a cargo do Senhor Diretor-Geral do DEPEN, que em uma próxima reunião o apresentará ao CNPP. Objetivando a conclusão das apreciações relativas ao anteprojeto de Departamento Nacional do Menor Infrator - D.N.M.I., o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA que traçou uma retrospectiva das posições adotadas anteriormente pelos Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e NABOR CESAR SIQUEIRA. Informou que reviu o anteprojeto D.N.M.I., e comparou-o às posições apresentadas pelos Senhores Conselheiros acima mencionados, concluindo pela criação do Departamento, manifestando-se de acordo com a proposta e com o Parecer do Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, ponderando que as objeções havidas seriam desvanecidas, porque, na realidade o trabalho inicial já vem sendo realizado pelo DEPEN, incumbido que foi para tal fim, pela Resolução - CNPP - 004/83. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao autor da matéria, Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA que manifestou favoravelmente à proposta do Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ - (criação inicial de um Núcleo de Funcionamento) - afirmou que o importante é criar-se o D.N.M.I., traçando desde logo a sua estrutura base. Ressaltou ainda, que este órgão é tão importante quanto a Escola Penitenciária Nacional. O Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, levantou uma questão de ordem, propondo que fosse votado a criação do Departamento e não do Núcleo, sugerido pelo Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ. Vencida a sugestão apresentada pelo Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e aprovados por maioria, o anteprojeto, o parecer e a proposta do Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, o Senhor Presidente determinou a elaboração de Resolução nesse sentido. Extra-Pauta, foram colocados os seguintes assuntos: a) pelo Senhor Conselheiro MAURO ONIVALDO TICIANELLI foi formulado convite ao CNPP para participar do I Congresso Brasileiro de Vitimologia em Londrina-PR., a realizar-se na 2ª quinzena de outubro; e b) pelo Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, foram colocadas as razões pelas quais o CNPP não fez realizar sua reunião de janeiro no Rio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO  
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária Executiva - CNPP

## PORTARIA CDC/Nº 124, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1982

Dispõe sobre a exigência de Projeto de Viabilidade  
à realização de Exposições, Salões e Feiras de Amostras

Divulgação nº 1.392

Cr\$ 250,00